



1- Introdução

O edifício que alberga a atual Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho foi projetado pelo arquiteto Miguel Ventura Terra (1866-1919) que seguiu as mais modernas normas pedagógicas e higiénico-sanitárias respeitantes às construções escolares da 1.^a República: ginásio com galerias, campos de jogos, piscina, escadório de acesso ao 1.^o andar, amplos espaços com galerias para Salão Nobre, Sala do Conselho (hoje Centro de Recursos), Biblioteca e Casa do Reitor, fazem do projeto de Ventura Terra um caso exemplar e único das construções escolares femininas.

Ao longo dos anos construíram-se as mais diversas histórias e fantasias sobre a Casa do Reitor do Liceu Maria Amália que importam agora esclarecer. Por exemplo, não raramente se ouvia dizer que a Casa do Reitor se tratava do único prédio particular que pertencia ao mesmo quarteirão da escola – canto sudoeste (cruzamento da Rua de Artilharia Um com a Rua Marquês de Suberra) – e que actualmente não é propriedade da escola. Afirmava-se também que o Estado teria alienado o edifício da Casa do Reitor por dificuldades de tesouraria. Numa outra versão também se ouvia dizer que o edifício sempre tinha sido particular mas que houve tempo em que o Estado o teria alugado para Casa do Reitor.

Julgamos que estamos na posse dos principais elementos para explicar o projecto da Casa do Reitor e se ele foi executado ou não. Mas, em primeiro lugar, é importante entendê-lo segundo o “espírito da época” e segundo o “espírito do autor”.

Uma visão global do projeto do arquiteto Miguel Ventura Terra sobre a construção do 1.^o edifício para o 1.^o liceu feminino em Portugal ainda está por fazer¹. Mas pensamos que a análise do projeto de construção da Casa do Reitor irá ajudar a perceber a ideia de um dos arquitectos portugueses com maior pendor institucional. Como maçom e republicano quis dotar a Pátria Republicana de edifícios emblemáticos para as instituições emergentes. Talvez tenha pensado o 1.^o edifício para o 1.^o liceu feminino como uma obra exemplar de uma das ideias mais caras à República e que consistia na dignificação e emancipação da mulher através da educação.

2- O ideal pedagógico da 1.^a República

A Primeira República, saída de uma luta encarniçada contra o “Antigo Regime” e o tradicionalismo monárquico, afirmou-se na convicção de uma mudança radical quanto à promoção do cidadão pela educação. Entendiam que a educação da mulher, primeira educadora pela sua qualidade de mãe, deveria merecer um cuidado especial. E assim, promoveram as mais diversas acções de alargamento da escolarização da mulher, nomeadamente da secundária e da superior.

Este ideal republicano enraíza-se no movimento internacional ligado ao espírito das Luzes que se expressa na ilustração, cultivo da razão, difusão do espírito científico, combate ao obscurantismo e afirmação da cidadania.

Como arquitecto republicano – eleito vereador republicano da Câmara Municipal de Lisboa pelo ato eleitoral de 01-11-1908 para o triénio de 1909 a 1911 – Ventura Terra participa na construção deste ideal. «Esta actividade política poderá estar relacionada com a sua filiação na maçonaria, o

¹ Há já alguns estudos publicados sobre construções escolares e sobre a história do primeiro liceu feminino português. Ver Gonçalo Canto Moniz – *Arquitectura e Instrução – O projecto moderno do liceu (1836-1936)*, Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC (Coleção Debaixo de Telha, Série B, n.º 8), Coimbra, 2007; Amaro Carvalho da Silva – «Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho» in António Nóvoa e Teresa Santa-Clara (Coord.) – *“Liceus de Portugal” – Histórias, Arquivos, Memórias*, Edições Asa, Porto, 2003, pp. 484-505.

que autorizaria intuir um empenhamento consertado e activo na construção de uma ordem social mais fraterna e mais justa, enquadrado pela arquitectura e pelo urbanismo.»²

3- A arquitetura moderna e institucional de Ventura Terra

3.1- Traços biográficos de Ventura Terra

Natural de Seixas - Caminha (Minho), onde nasceu a 14-07-1866, frequentou a Academia das Belas Artes do Porto (1881-1885) e, em Paris, desde 1886, a mesma escola. Após estágio no «famoso atelier de Victor Laloux [1850-1933]³», «Em 1896, regressa definitivamente a Portugal trazendo na bagagem 26 menções honrosas, 5 medalhas obtidas durante o curso e a classificação de arquitecto de 1.ª classe obtida no concurso dos Arquitectos Diplomados pelo Governo francês que lhe tinha permitido, em 1895, entrar na Corporação dos Arquitectos de França.»⁴ A partir de 1895 realizou as mais diferentes obras, contando com inúmeras encomendas oficiais (Palácio de S. Bento, Liceu Camões, Liceu Pedro Nunes, Liceu Maria Pia, Maternidade Alfredo da Costa, etc, etc, etc.), sendo reconhecido e premiado como um dos mais distintos arquitectos portugueses de sempre.

A encomenda do projecto do Liceu Maria Pia / Garrett / Maria Amália Vaz de Carvalho (Rua Rodrigo da Fonseca) é de 1913. Porque faleceu em 30-04-1919, antes de concluídas as obras do 1.º liceu feminino, outros arquitectos deram continuidade ao seu pano.



in *Ilustração Portuguesa*, vol. III, 2.ª série, n.º 56, 18/3/1907, p. 347.
Arq.º Miguel Ventura Terra
(1866 – 1919)

3.2- A modernidade de Ventura Terra

Após a década parisiense, Ventura Terra vem para Portugal imbuído de ideais modernistas e cosmopolitas em oposição a ideias e ideários nacionalistas e regionalistas. A influência parisiense – Paris Cidade-Luz – marca muito a sociedade europeia e também a portuguesa no campo das Belas Artes, da Arquitectura, do Urbanismo e de muitos outros campos da cultura e do saber.

«No campo cultural, o país foi então sobretudo francês, à imagem de todo o mundo dito civilizado, incluindo os Estados Unidos da América e a Rússia, sendo Paris o lugar de peregrinação, de estudo e de aperfeiçoamento de grande parte dos intelectuais e artistas portugueses. Em relação à cultura artística, apesar de ela ser componente paupérrima das débeis políticas educativas, foi criado, nos anos de 1870, um sistema de pensionato público para os melhores alunos das academias de Belas-Artes de Lisboa e Porto, envolvendo pintores, escultores e arquitectos. Regressados a Portugal, eles geraram inéditos dinamismos e puderam realizar obras de grande qualidade que, ainda hoje, configuram e representam os fundamentos da cultura moderna portuguesa.»⁵

A obra institucional de Ventura Terra é assinalável e merece a nossa maior consideração: Maternidade Alfredo da Costa em Lisboa (inaugurada em 1932); Santuário de Santa Luzia em Viana do Castelo; liceus Camões, Pedro Nunes e Maria Amália; hospitais como Maternidade Alfredo da Costa em Lisboa, Valentim Ribeiro de Esposende e Hospital Cidade do Porto; remodelação do Palácio de S. Bento – Parlamento (obras iniciadas em final de 1900 e terminadas em 1933); “Teatro Club” de Esposende; etc.

² *Arquitecto Ventura Terra (1866-1919) – Catálogo / Exposição*, Divisão de Edições da Assembleia da República, Março 2009, p. 227.

³ *Arquitecto Ventura Terra (1866-1919) – Catálogo / Exposição*, 2009, p.27.

⁴ Francisco Santana, *Dicionário da História de Lisboa*, Gráfica Europam, Lisboa, 1994, pp. 956-957.

⁵ *Arquitecto Ventura Terra (1866-1919) – Catálogo / Exposição*, 2009, p. 281.

3.3- A Arquitectura institucional no 1.º edifício do 1.º liceu feminino:

Criados os liceus femininos em Portugal por um Decreto de 31-01-1906⁶ – 70 anos após a criação dos liceus masculinos – faltava um edifício condigno para albergar, na capital, uma população sempre crescente, sobretudo a partir da Revolução Republicana de 5 de Outubro de 1910. As precárias instalações do edifício do largo do Contador Mor, até 1911, e, em seguida, do Palácio Valadares ao Largo do Carmo, já não eram suficientes nem condignas para albergar uma tão numerosa população.

Por um Decreto de 15-07-1913⁷ o Governo incumbiu uma comissão, de que fazia parte o arquiteto Ventura Terra, de escolher o local para a construção do liceu feminino.

O risco do edifício do primeiro liceu feminino enquadra-se na ideia de dotar a República de um equipamento emblemático e, conforme já está referido, segundo parâmetros de um moderno cosmopolitismo. Ventura Terra desenhou um edifício em forma de pente com quatro corpos perpendiculares a uma frontaria⁸ que dá para a Rua Rodrigo da Fonseca e onde se encontram instalados os principais serviços da instituição: no rés-do-chão a reitoria, os serviços administrativos, o arquivo, a sala dos professores, os gabinetes especializados e outros serviços; na parte central do 1.º andar encontra-se o Salão Nobre, acedido por uma grande escadaria dupla em pedra, a Biblioteca e a Sala do Conselho, cada um deles com as suas galerias, em pé direito de grandes dimensões.

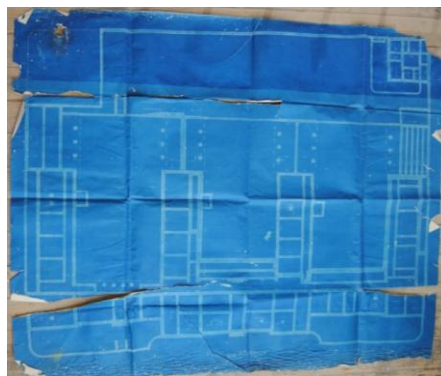
4- O risco do edifício da Casa do Reitor

Pelas plantas, em cianótipo, depositadas no arquivo da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho e presumivelmente elaboradas em 1914, verificamos a forma destacada e institucional como Ventura Terra pensou e projectou a Casa do Reitor. Pensou-a e projectou-a com toda a dignidade institucional.

O prédio da Casa do Reitor foi projectado para um dos cantos do quarteirão (cruzamento da Rua Artilharia Um com a Rua Marquês de Suberra), destacado do edifício do liceu, em oposição ao outro edifício que era e é propriedade particular e ainda hoje existente. Digamos que as traseiras do edifício do liceu ficariam guardadas por dois prédios, à maneira de dois torreões defensivos, simetricamente colocados e com configuração semelhante para conferir harmonia e equilíbrio urbanístico ao espaço-quarteirão.



Google-maps



Planta n.º 16 (Alicerces) em cianótipo - Galeria da Biblioteca da ESMAVC - Reprodução: Fátima Abraços, Janeiro 2010.

No canto superior direito vê-se o espaço de implantação da Casa do Reitor. No canto superior esquerdo, fora do espaço escolar, a implantação do edifício da Rua Marquês de Suberra, 10 a 10C.

⁶ *Diário do Governo*, n.º 43, 23-02-1906. Em 1914 foram criadas as secções femininas dos liceus do Porto (Sampaio Bruno – Carolina Michaëlis) e de Coimbra (D. Maria).

⁷ *Diário do Governo*, n.º 164, 16/7/1913, p. 2642.

⁸ O edifício do liceu Camões, inaugurado em 1909, tem 3 corpos perpendiculares a uma frontaria.



Planta n.º 22 (Fachada lateral) em cianótipo - Galeria da Biblioteca da ESMAVC, armário nº 66, gaveta nº 2.
Reprodução: Fátima Abraços, Janeiro 2010.

Fachadas laterais viradas para a Rua Sampaio e Pina onde se torna evidente a relação, em projeto, entre o edifício da escola e a Casa do Reitor.

4.1- Linhas de pormenor

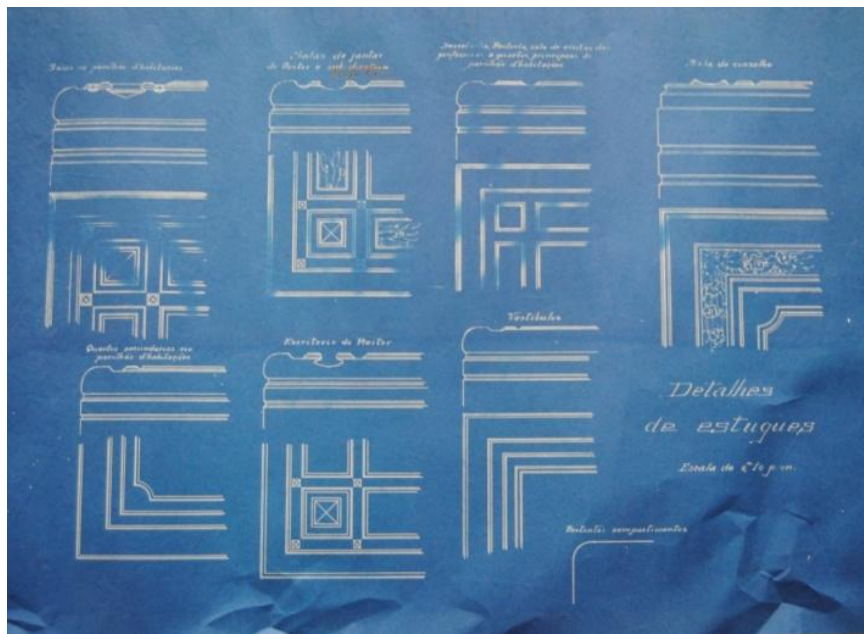
As linhas de pormenor da Casa do Reitor poderão ser apreciadas não só pelo lado das Belas Artes do «atelier de Victor Laloux» como pelo risco das várias vivendas que Ventura Terra projetou, quer sejam em Lisboa, Seixas (Minho) ou outro qualquer lugar. Os pormenores vão desde o risco das divisões interiores, espaços de circulação e aberturas até à iluminação natural, uso do ferro, desenho das almofadas das portas e desenhos dos estuques.

Os aposentos do Reitor sugerem um elevado conceito na representação da autoridade. Rodeado pela Sub-diretora ou Prefeita e pelo Porteiro, o Reitor dispunha de diversos espaços de exercício da sua autoridade: reitoria, escritório, sala de jantar, sala de visitas e aposentos privativos.



Planta n.º 20 (Pavilhão das habitações: Reitor, Sub-diretora / Prefeita e Porteiro) em cianótipo - Galeria da Biblioteca da ESMAVC, armário nº 66, gaveta nº 2. Reprodução: Fátima Abraços, Janeiro 2010.

Detalhes das fachadas e espaços interiores da Casa do Reitor.



Planta n.º 2 (Detalhes de estuques) em cianótipo - Galeria da Biblioteca da ESMAVC, armário nº 66, gaveta nº 1.
Reprodução: Fátima Abraços, Janeiro 2010.

Este cianótipo apresenta oito desenhos dos «Detalhes de estuques»:

- 1- Salas no pavilhão de habitações; 2- Salas de jantar do Reitor e Sub-directora / Prefeita; 3- Secretaria, Reitoria, sala de visitas das professoras, quartos principais do pavilhão de habitações; 4- Sala do conselho;**
- 5- Quartos secundários no pavilhão de habitações; 6- Escritório do Reitor; 7- Vestibulos; 8- Restantes compartimentos.**

4.2- O prédio particular – Notas históricas

O único prédio particular que se encontra no quarteirão da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho, no cruzamento das ruas Marquês de Suberra – n.ºs 10 a 10C – e Artilharia Um, tem uma história que se pode encontrar no Arquivo Municipal de Lisboa (Bairro da Liberdade)⁹. Este prédio sempre foi e continua a ser particular e nunca foi alugado ou sequer utilizado pelo Liceu / Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho.

Segundo a documentação existente no referido Arquivo, as diligências para a construção deste prédio iniciaram-se por volta de 1895 a pedido do proprietário do terreno Dr. Carlos Artur da Silva. Como os documentos são omissos, nada foi possível apurar entre 1895 e 1913.

A escritura da compra do terreno à Câmara Municipal de Lisboa, segundo declaração do adquirente Dr. Carlos Artur da Silva, data de 14 de fevereiro de 1913. O projeto do prédio particular, para habitação, foi apresentado pelo Dr. Carlos Artur da Silva e foi aprovado pela 4.ª Repartição (Arquitetura) da Câmara Municipal de Lisboa em seis de maio de 1913. A superfície de construção do prédio particular foi de 893,00m², ficando com um terreno anexo de «menos de 100,00m²» e um prazo de realização da obra de 12 meses. As medidas estabelecidas para o edifício foram 22,50m para a Rua Marquês de Suberra, 22,00m para a Rua Artilharia Um, 22,85m para Nascente e 23,35m para Norte.

No mesmo ano de 1913 o Estado (Ministério do Interior) decidiu, por Decreto de 15-07-1913¹⁰, adquirir um terreno e construir um edifício para o 1.º liceu feminino, entregando a obra ao risco do arquiteto Miguel Ventura Terra. Em 1914 o Estado comprou à Câmara Municipal de Lisboa o terreno onde hoje está a Escola Secundária Maria Amália, contíguo ao terreno particular onde já deveria estar em construção o prédio do Dr. Carlos Artur da Silva. Neste caso será de ter em conta alguma

⁹ Ver «OBRA N.º 3290 – Local: Rua Marquez de Suberra 10 a 10B tornej. Rua de Artilharia Um, 66 a 72.»

¹⁰ *Diário do Governo*, n.º 164, 16-07-1913, pág. 2642.

implicação entre os dois projectos, um particular e outro público, na medida em que se iniciaram ao mesmo tempo. Por outras palavras, o Estado não acordou em tempo oportuno com a Câmara Municipal ou não quis impedir a construção do prédio e expropriar o terreno particular, por utilidade pública, de modo a reservar todo o quarteirão para o edifício do 1.º Liceu Feminino, na altura designado Liceu Maria Pia.

De acordo com uma declaração do proprietário, o edifício ficou concluído em 30 de Setembro de 1915, altura em que o edifício do Liceu Maria Pia estava pelos caboucos e início dos alicerces. Devido à Grande Guerra (1914-1918), à instabilidade política da 1.ª República e aos problemas financeiros, as obras do liceu feminino foram decorrendo com muitos problemas até que pararam em 1921. As obras só foram retomadas em junho de 1930 e o edifício só foi inaugurado em 1933, no período das “urgências” de consolidação do Estado Novo.

A partir da construção do prédio particular, os documentos do Arquivo Municipal apenas registam, da responsabilidade do Dr. Carlos Artur da Silva ou herdeiros (a partir dos anos 40), obras de manutenção e conservação do prédio, construção¹¹ de um terraço na área exterior do edifício ou aluguer do rés-do-chão a várias firmas (“A. Bairrada L.da” – anos 20; “Electro Lux, L.da” – anos 30 a 60; “Astrom – Representações, L.da” – anos 60; pronto-a-vestir “Victor Costa Pereira, L.da” – anos 80; “Arthur Young & Company” – anos 80).

5- A inviabilidade do projeto

As obras de construção do edifício do 1.º liceu feminino decorreram bem entre outubro de 1914 e agosto de 1915; continuaram com intermitências até 1921, ano em que pararam para serem retomadas só em junho de 1930. O edifício foi inaugurado-ocupado em 1933, ainda com obras por concluir e sem telhado, e sem a Casa do Reitor. Esta urgência prendia-se com a necessidade de se albergar uma população estudantil feminina que já não cabia nas instalações do Palácio Valadares ao Largo do Carmo.

Devido à gravíssima crise por que passava Portugal nos anos 20 e 30 e à política de contenção financeira no período de afirmação do Estado Novo, o edifício da Casa do Reitor passou a ser um projeto abandonado. Dado o crescimento exponencial de matrículas no Liceu Maria Amália os problemas mais prementes passaram a ser a construção de novas salas de aula.

Amaro Carvalho da Silva
Janeiro de 2015

¹¹ O despacho de autorização é de 31-08-1926.